



UNIVERSIDAD
COMPLUTENSE
MADRID

edicic¹⁵

VII Encuentro Ibérico

**DESAFÍOS
Y OPORTUNIDADES
DE LAS CIENCIAS
DE LA INFORMACIÓN
Y LA DOCUMENTACIÓN
EN LA ERA DIGITAL**

**16-17
NOV
2015
MADRID**

Jon Zabala Vázquez
Rodrigo Sánchez Jiménez
María Antonia García Moreno
(coords.)

Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital:

actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015
(Madrid, 16 y 17 de noviembre de 2015)



UNIVERSIDAD
COMPLUTENSE

MADRID

2015

© Los respectivos autores

© *De la presente edición:*
Universidad Complutense de Madrid
Facultad de Ciencias de la Documentación
Departamento de Biblioteconomía y Documentación
C/ Santísima Trinidad, 37
28010 · Madrid. España
Teléfono: +(34) 913 946662
<http://documentacion.ucm.es/>

ISBN: 978-84-608-3330-7

Diseño de portada: Departamento de Estudios e Imagen Corporativa. UCM
Maquetación: Jon Zabala
Fuente tipográfica utilizada: EHU · www.ehu.es/tipografia



Los textos e imágenes publicados en esta obra están sujetos –excepto que se indique lo contrario– a una licencia de Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual (BY-NC-SA) v.3.0 España de Creative Commons. Por tanto, la obra se puede copiar, reproducir, distribuir, remezclar, transformar o comunicar públicamente en cualquier medio o formato, siempre que se cite al autor y a la fuente (UCM. Universidad Complutense de Madrid), y siempre que la obra derivada quede sujeta a la misma licencia y que se haga sin fines comerciales o ánimo de lucro.

La licencia completa se puede consultar en: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/es/>



Perspectivas de investigação

Catálogo sob a perspectiva dos artigos publicados em revistas científicas nacionais avaliados nos estratos B1, B2 e B3 no sistema QUALIS – 1998-2013

Helena Campos Assumpção

Universidade Federal de São Carlos
Brasil · helena.assumpa@yahoo.com.br

Zaira Regina Zafalon

Universidade Federal de São Carlos
Brasil · zaira@ufscar.br

Resumo: Analisa artigos sobre catalogação em periódicos científicos brasileiros, a partir de 1998, marco na área diante da publicação da obra *Funcional Requirements for Bibliographical Records* (FRBR). O recorte dos periódicos científicos foi feito considerando-se os estratos B1, B2 e B3 no Qualis, definidos segundo critérios que orientam o desempenho e o julgamento dos programas de pós-graduação no Brasil. Definiu-se como objetivo analisar os artigos, com estudos que envolvem a catalogação, nos periódicos científicos brasileiros, com estratos Qualis B1, B2 e B3, no período de 1998 a 2013. Com abordagem qualiquantitativa, a pesquisa configura-se como exploratória e descritiva e recorre-se à pesquisa documental e bibliográfica, para o estudo do arcabouço teórico, ao formulário, para a coleta de dados, e à análise de conteúdo, para definição da pertinência temática. Foram estudados aspectos teóricos da catalogação, identificados os periódicos científicos e os artigos, segundo critérios de estratificação, de adequação à área e de pertinência temática. Como resultados observou-se que, apesar do aumento em 600% na publicação de artigos sobre catalogação nos periódicos científicos brasileiros, estes não apresentam correlação com a publicação dos FRBR, e centram-se em Ontologia, Organização da Informação e Metadados.

Palavras-chave: Catalogação; Organização e representação da informação; FRBR; Ontologia; Metadados.

Abstract: It focuses on the analysis of articles on cataloging in Brazilian scientific journals, from 1998 landmark in the area before the publication of Functional Requirements work for Bibliographical Records (FRBR). The clipping of scientific journals was done considering the layers B1, B2 and B3 in the Qualis, defined according to criteria that guide the performance and the judgment of graduate programs in Brazil. It was decided to analyze the articles, with cataloging studies in Brazilian scientific journals, with strata Qualis B1, B2 and B3, from 1998 to 2013. With Qualiquantitative approach, research is characterized as exploratory and descriptive and uses is directed to the documentary and bibliographical research, to study theoretical framework, to form, to collect data, and content analysis, to define the thematic relevance. Theoretical aspects of cataloging were studied, identified scientific journals and articles, according stratification criteria of suitability to the area and thematic relevance. As a result it was observed that, despite the increase by 600% in publishing articles on cataloging the Brazilian scientific journals, they do not sit apre-correlation with the publication of FRBR, and focus on Ontology, Organization of Information and Metadata.

Keywords: Cataloging; Organization and representation of information; FRBR; Ontology; Metadata.

Introdução

Esta pesquisa está centrada na catalogação, em especial no período de 1998 a 2013, e considera em seu bojo o fato de que, na representação de informações, a padronização é essencial tendo em vista a ampliação promovida, inclusive, pela adoção de recursos tecnológicos e pela relevância do atendimento às necessidades dos usuários. Diz respeito, portanto, ao estudo da representação de recursos informacionais, do desenvolvimento tecnológico e de aspectos teóricos e metodológicos da catalogação.

A disponibilização de recursos informacionais está permeada de estruturas computacionais e de métodos de definição de metadados. Diante dessa constatação observa-se que a produção, a organização, a distribuição, o acesso, o armazenamento, a preservação, o uso e o reuso dos recursos informacionais foram reconfigurados. Está posto, portanto, um novo contexto sociocultural, educacional e econômico. Aliado a esses fatores há o crescimento exponencial de acervos documentais nas mais variadas comunidades que fazem uso corrente ou potencial de padrões de descrição. Incluem-se neste cenário tanto as comunidades voltadas ao patrimônio cultural (arquivos, bibliotecas e museus) quanto aquelas voltadas à indústria da informação (organizações que compõem tanto o público quanto a web comercial), cada qual com demanda informacional própria. No âmbito técnico-funcional-administrativo dessas instituições, o emprego de tecnologias de informação e comunicação tornou-se constante, o que favorece tanto o surgimento quanto a inovação de várias atividades cooperativas.

Nesse sentido, analisar o cenário brasileiro das pesquisas desenvolvidas na área de Catalogação torna-se necessário, uma vez que, para Ranganathan e Gopinath (1967), recorrer a mecanismos computacionais nas atividades do dia-a-dia das comunidades, como substitutos das atividades manuais e mecânicas, exige viabilidade econômica e, em última instância, indica o estágio de desenvolvimento de um país.

Manter o foco da representação nas necessidades informacionais do público a que se propõe atender caracteriza o princípio dos objetivos bibliográficos da catalogação, uma vez que, por meio de registros bibliográficos disponíveis em catálogos, é possível promover a recuperação da informação, tanto por humanos quanto por máquinas, posto que veiculam mensagens codificadas sobre os recursos informacionais de modo a atender e a se nutrir das informações demandadas pelas comunidades.

Dada a relação entre itens documentais e demandas informacionais, o esquema de comunicação proposto por Shannon (1948; 1969) pode ser (re)configurado, conforme Figura 1.

Figura 1. Esquema do processo comunicativo entre recursos informacionais e comunidades por meio de metadados



A catalogação, pautada, portanto, nos objetivos bibliográficos, foi discutida por Panizzi, em 1841, Cutter, em 1876, Lubetzky, em 1960, o que culminou na definição de *Statement of principles* (Princípios de Paris), com o propósito de servir como base para a normalização internacional na catalogação. Entretanto, Svenonius (2000), discute o fato de que tais princípios limitavam a função do catálogo uma vez que se restringiam à organização dos documentos por autor e título.

Diante da necessidade de se reconfigurar os princípios de catalogação indicados em 1961 a IFLA indica, em 1997, sua revisão. Entretanto, Svenonius (2000) apresenta críticas e destaca que os quatro princípios indicados no documento (*encontrar, identificar, selecionar e obter*) são insuficientes para a identificação das necessidades dos usuários e propõe a inserção do princípio da *navegação*, princípio definido com destaque para o meio pelo qual se navega em um universo bibliográfico no processo

de recuperação do documento desejado. A autora argumenta essa inserção partindo do fato de que alguns usuários sabem exatamente o que querem ao realizar a busca por informação, enquanto outros não sabem bem ou não são capazes de reconhecer o objeto de sua pesquisa, ou, ainda, não são capazes de reconhecer imediatamente quando encontram. Ela também está amparada quanto à inserção do princípio da *navegação* devido ao fato de que os códigos das regras bibliográficas utilizadas para organizar os documentos assumem essa existência e estabelecem relacionamentos bibliográficos especificando a relação entre obras e também as relações envolvendo os atributos da obra, como autores e assuntos. Desse modo, a autora afirma que o objetivo da navegação fornece a garantia ao usuário e também ao código.

Diante de tais argumentos a IFLA reconheceu a importância da contribuição de Svenonius e publicou, em 2009, a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, a qual estabelece como princípios:

4.1 Encontrar recursos bibliográficos numa coleção como resultado de uma pesquisa, utilizando atributos e relações entre recursos:

4.1.1 Para encontrar um determinado recurso;

4.1.2 Para encontrar conjuntos de recursos representando

todos os recursos que pertencem à mesma obra;

todos os recursos que representam a mesma expressão;

todos os recursos que exemplificam a mesma manifestação;

todos os recursos associados a determinada pessoa, família ou coletividade (entidade);

todos os recursos sobre um determinado assunto;

todos os recursos definidos por outros critérios (língua, lugar de publicação, data de publicação, tipo de conteúdo, tipo de suporte, etc.), normalmente como uma delimitação secundária de um resultado de pesquisa;

4.2 Identificar um recurso bibliográfico ou agente (ou seja, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);

4.3 Selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário, (ou seja, escolher um recurso que esteja de acordo com as necessidades do usuário, no que diz respeito ao conteúdo, suporte, etc. ou rejeitar um recurso que seja inadequado às necessidades do usuário);

4.4 Adquirir ou obter acesso a um item descrito (ou seja, fornecer informação que permitirá ao usuário adquirir um item por meio de compra, empréstimo, etc. ou acessar eletronicamente um item por meio de uma ligação em linha a uma fonte remota); ou acessar, adquirir ou obter dados bibliográficos ou de autoridade;

4.5 Navegar num catálogo ou para além dele através da organização lógica dos dados bibliográficos e de autoridade e da apresentação de formas claras de se navegar, incluindo a apresentação de relações entre obras, expressões, manifestações, itens, pessoas, famílias, entidades coletivas, conceitos, objetos, eventos e lugares.

A reconfiguração da declaração exerce, portanto, forte impacto nos catálogos, uma vez que destaca a recuperação da informação pela comunidade. Estes, por sua vez, devem pautar-se na funcionalidade exercida pelos registros bibliográficos.

Estudos que buscavam compreender a funcionalidade dos registros no universo bibliográfico foram desenvolvidos por um grupo de trabalho nomeado pela IFLA, o qual tinha o objetivo de propor uma arquitetura estruturada e claramente definida na qual pudessem ser criadas relações entre os dados presentes nos registros bibliográficos e as necessidades dos usuários, e recomendar um nível básico da funcionalidade dos registros. Tais estudos culminaram, em 1997, na aprovação de relatório intitulado *Functional Requirements for Bibliographic Records* (identificado internacionalmente pelo acrônimo FRBR) pelo *Standing Committee on Cataloguing* da IFLA.

O modelo proposto nos FRBR é um modelo caracterizado como entidade-relacionamento e mantém o usuário como ponto de partida para a definição do modelo. Em um modelo entidade-relacionamento devem ser reconhecidos as entidades, os atributos e as relações entre as entidades. Desse modo, no modelo FRBR, destacam-se três grupos de entidades:

- a) Grupo 1, no qual identificam-se os produtos do trabalho intelectual ou artístico: obra, expressão, manifestação e item;
- b) Grupo 2, com identificação dos responsáveis pelo conteúdo intelectual: pessoas e instituições;
- c) Grupo 3, com destaque para os assuntos: conceito, objeto, acontecimento, lugar e todas as entidades dos grupos 1 e 2.

Segundo Oliver (2010), os atributos, definidos para cada entidade identificada, podem ser intrínsecos (descobertos ao analisar a entidade) e extrínsecos (fora da entidade, definidos por um identificador, por exemplo). Fundamental na definição do modelo é a identificação e o mapeamento das relações entre as entidades. As definições, os exemplos e a especificidade dos atributos e dos relacionamentos, não são objeto de discussão nesta pesquisa, e devem ser consultados em IFLA (2009), publicação aprovada pelo grupo de estudo em 1997 e que conta com alterações e correções datadas de 2009.

Assim, examina-se que, a partir de 1998, com a publicação de *Functional Requirements for Bibliographical Records* retoma-se a relevância do usuário, definem-se outros modelos conceituais para a catalogação e reconfiguram-se as tecnologias usadas. Essas mudanças refletiram nas atividades dos bibliotecários.

Desse modo, devido às grandes mudanças ocorridas no cenário internacional de estudos teóricos e práticos da catalogação, interessou-se estudar: qual a repercussão que os estudos de catalogação tiveram nos artigos publicados em revistas científicas nacionais com estrato B1, B2 e B3 no sistema Qualis, no período de 1998 a 2015?

Optou-se por pesquisar no sistema Qualis para avaliar a produção intelectual presente nas publicações avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). O Qualis envolve uma série de procedimentos utilizados para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação e, como resultado, disponibiliza uma lista com a indicação estratificada das publicações utilizadas para divulgação científica dos programas. Os estratos indicativos de qualidade em publicações periódicas científicas são A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. O recorte feito na pesquisa, para o estudo para análise das publicações periódicas científicas classificadas nos estratos B1, B2 e B3 foi feito a partir da análise da tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de periódicos científicos identificados nos estratos do Qualis

Estrato	Pontuação	Qtde. Periódicos	Proporção
A1	100	46	2,93 %
A2	85	61	3,99 %
B1	70	167	10,90 %
B2	55	99	6,46 %
B3	40	174	11,35 %
B4	25	259	16,90 %
B5	10	425	27,74 %
C	0	301	19,64 %
Total		1.532	100 %

Considerou-se a opção pelos estratos B1, B2 e B3 visto que estes são responsáveis por mais de um quarto das publicações (28,71%) na área de avaliação. Outros estratos foram desconsiderados dado que: os estratos A1 (nota 100) e A2 (nota 85) representam a menor proporção das publicações científicas, que as notas obtidas pelos estratos B4 (nota 25) e B5 (nota 10) indicam notas bem menores que a nota média, e, ainda, que o estrato C indica publicações que não são consideradas científicas.

Diante da questão de pesquisa proposta determinou-se, como objetivo principal, analisar os artigos sobre catalogação publicados em periódicos científicos nacionais, com estratos B1, B2 e B3 no Qualis, no período de 1998 a 2013.

Para atingir este objetivo estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: estudar a configuração da catalogação; identificar os periódicos nacionais classificados nos estratos B1, B2 e B3 do Qualis na área de Ciências Sociais Aplicadas I; identificar os artigos publicados no período de 1998 a 2013 sobre catalogação.

Tendo em vista o cenário internacional, o surgimento de novas tecnologias, as publicações internacionais de catalogação, justificou-se o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que pode enriquecer as contribuições profissionais e acadêmicas que os resultados possam identificar. Destaca-se, como contribuição profissional, o fato de que a divulgação das publicações faz parte das necessidades de atualização profissional e o acompanhamento e discussão dos estudos. Como contribuição acadêmica vislumbra-se a compilação do estado da arte, neste universo de pesquisa, da catalogação na ciência nacional.

Tendo em vista a apresentação dos aspectos teóricos da pesquisa apresenta-se o próximo tópico.

Aproximações teóricas

Com o intuito de se estabelecer o cunho teórico no qual a pesquisa foi desenvolvida, o tópico dedica-se ao cenário da catalogação e das publicações científicas.

A catalogação é um processo utilizado para representar informações de modo a garantir a recuperação por comunidades, uma vez que cientistas da informação entendem como relevante a necessidade de se transmitir as informações contidas nos documentos aos usuários. Para que seja possível manter um padrão na representação é requerido o uso de regras e códigos de catalogação.

Smiraglia (2003) afirma que o catálogo surgiu com o propósito de armazenar e facilitar o trabalho do bibliotecário mas, com o passar do tempo e com o aumento da produção documental, notou-se a necessidade de uma nova organização nas bibliotecas. Devido à esses fatores, Thomas Hyde criou em 1674 o primeiro catálogo de autores para a biblioteca de Bodleian, em Oxford, o que facilitou a busca para os usuários.

Denton (2007), por sua vez, aponta que, no século XIX começam ocorrer mudanças importantes no cenário da catalogação. Em 1841, o italiano Panizzi defende a ideia de que o catálogo deve reunir e diferenciar os itens semelhantes e que deve ter como função, além de indicar se há o livro na biblioteca, se há outras edições e obras do autor. Sendo assim, estabelece regras para a elaboração do catálogo do Museu Britânico que se tornaram conhecidas como *As 91 regras de Panizzi*.

Barbosa (1978) destaca que, em 1852, o americano Jewett reconheceu a catalogação coletiva e elaborou um código de catalogação, com regras baseadas no código de Panizzi, para as bibliotecas americanas. Foi o primeiro americano a utilizar o autor como elemento de entrada de um registro bibliográfico. Ainda no século XIX, em 1868, Charles Cutter passa a observar, na Biblioteca de Athenæum, as necessidades dos usuários. Após alguns anos de trabalho, já em 1876, ele desenvolve um código, *Rules for a dictionary catalog*, que indica a autoria das obras literárias.

O Joint Committee for Development of RDA (2009) destaca que, em 1893, publicaram-se as *Cataloguing Rules*, documento criado pela *Library Association* (LA) localizada na Inglaterra. Essa obra adotava a autoria como ponto de acesso principal aos dados de um registro bibliográfico.

Em 1899, foram publicadas as *Prussian Instructions*, regras adotadas na Alemanha e em muitos países da Europa e traduzidas para o inglês em 1938, conforme afirma Barbosa (1978). Essas regras abordavam a autoria coletiva e as obras anônimas, reconhecidas como necessárias a um código internacional somente em 1936.

Segundo Denton (2007), a American Library Association (ALA) começou a criar, em 1900, um código de catalogação padrão, o que contou com a ajuda de Cutter, que veio a falecer em 1902. Sendo assim, John Dewey, membro fundador da ALA, propôs parceria

aos membros da Library Association para a publicação de *Catalog Rules, Author and Title Entry*, que ocorreu em 1908.

Figueiredo (1992) indica a relevante contribuição do indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan para a catalogação, em decorrência da publicação das cinco leis da biblioteconomia em 1931. Estas leis são importantes por conta do destaque para o atendimento às necessidades dos usuários e apresentam aderência aos FRBR. Em suma, a primeira lei, *Os livros são para uso*, onde está escrito *livro*, pode ser aplicada *obra* e sua consonância está mantida. A segunda, que profere *A cada leitor o seu livro*, indica a necessidade de se conhecer o público a que se destinam os registros, dado que a catalogação deve ter significado aos usuários. Na lei seguinte, *A cada livro seu leitor*, está posto em destaque a importância que o acervo tem para o leitor e de que é preciso divulgá-lo. A quarta lei, *Poupe o tempo do leitor*, apresenta a economia de tempo como imperiosa para o sucesso do atendimento às necessidades do público, uma vez que a catalogação, por caracterizar-se como processo de representação do documento, de indicação da localização e pela definição de elementos pelos quais o mesmo pode ser acessado, abrevia o tempo de busca e obtenção da informação desejada. A última lei *A biblioteca é um organismo em crescimento*, constata a atualização da biblioteca tanto no que se refere aos seus processos quanto ao seu acervo e, principalmente, indica mudanças nas demandas informacionais.

Revisaram-se as *Catalog Rules, Author and Title* e, em 1941, lançou-se a segunda edição, com 324 regras e dividida em duas partes. Entretanto, a edição foi criticada dada a complexidade e ao alto grau de detalhamento. De acordo com o Joint Steering Committee For Development of RDA (2009), as regras publicadas pela ALA não abordavam a temática da catalogação descritiva. Assim, a ALA adota a obra intitulada *Rules for Descriptive Cataloging*, publicada em 1949 por Lubetzky, bibliotecário na Library of Congress. Estas regras foram criticadas por serem detalhadas. Sendo assim, no mesmo ano, publicou-se a revisão *Cataloging Rules for Author and Title Entries*, que continha apenas regras de entrada e de título. Em 1953, Lubetzky publicou *Cataloging Rules and Principles*.

Em 1961, com o intuito de se estabelecer princípios para a criação de catálogos com pontos de acesso de autores e títulos, a IFLA (International Federal of Library Associations and Institutions) promove um encontro em Paris, que passou a ser identificado como Conferência de Paris. Esse evento é considerado como um dos primeiros esforços para a normalização internacional na catalogação e um marco para a definição de que os códigos de catalogação desenvolvidos após esta data deveriam seguir os princípios estabelecidos na conferência realizada pela IFLA. (IFLA, 2009).

Corrêa (2008) destaca que, em 1971, com a publicação da *International Standard for Bibliographical Description* (ISBD), pela IFLA, indicou-se um conjunto de regras para a criação de descrições bibliográficas, uma vez que indica os elementos necessários para a descrição de diferentes tipos de documentos. Por ser considerada de âmbito internacional, foi adotada por vários países contribuindo, desse modo, para que as discrepância na representação de informações fossem evitadas.

Conforme Oliver (2011), as AACR foram revisadas em 1967 e, em 1978, publicou-se a segunda edição, identificada como AACR2. O autor destaca que, desde então, foram as mais utilizadas no mundo, inclusive em países de língua não-inglesa. Inicialmente, as AACR foram desenvolvidas como um código de catalogação de livros, periódicos impressos e outros documentos em papel. Sucessivamente foram anexadas regras sobre outras mídias. Entretanto, sua estrutura continua remetendo à dos catálogos tradicionais em papel.

Segundo Moreno (2009), com o passar do tempo e a criação de novas tecnologias, os Princípios de Paris não eram mais suficientes para representar as mudanças ocorridas nas bibliotecas e nos catálogos. Dessa forma, foram realizados encontros para atualizar os princípios de catalogação com o objetivo de satisfazer as novas necessidades dos usuários. Esses encontros, chamados de IFLA Meetings of Experts on an International Cataloguing Code (IME-ICC), tinham, como o próprio nome sugere, o objetivo de promover o desenvolvimento de um código de catalogação internacional para a descrição bibliográfica e o acesso aos recursos. Recorreram, então, à

comparação de semelhanças e diferenças entre os códigos adotados em vários países para, futuramente, houvesse a proposição de um código de catalogação internacional.

De acordo com a IFLA (2014), o primeiro encontro foi realizado em 2003, em Frankfurt, Alemanha. Além dos países europeus, os autores das regras Anglo-Americanas também participaram. Conforme Tillet (2007), realizou-se, em 2004, o segundo encontro, em Buenos Aires, Argentina, com a participação de integrantes de 14 países da América Latina. Nesta edição o objetivo traçado era o de rever e atualizar a declaração de princípios realizada na Europa e comparar o código utilizado na Europa com o código usado na América Latina (Tillet, 2007). Segundo a IFLA (2005), o terceiro encontro foi realizado em Cairo, no Egito, em 2005, e contou com a presença dos países árabes do Oriente Médio. Eles examinaram os códigos utilizados por eles para confrontar com os Princípios de Paris. De acordo com Tillet (2007), o quarto encontro foi realizado, para estudos pelos países asiáticos, em Seul, na Coreia do Sul, no ano de 2006. Esse encontro contou com a participação de representantes de 12 países asiáticos. Segundo a IFLA (2007), o quinto e último encontro foi realizado na África do Sul, em Pretória, no ano de 2007. Neste encontro buscava-se verificar as semelhanças e as diferenças dos códigos utilizados na África Subsaariana com os Princípios de Paris.

A partir destes encontros foram retomados os esforços para o estabelecimento de um código internacional de catalogação e apresentou-se o RDA (Resource Description and Access). O RDA foi desenvolvido por uma comissão composta por membros de quatro países, dentre eles, Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos, nomeada como Joint Steering Committee for Development of RDA. O RDA, com o propósito de ser utilizado num contexto internacional, tem o objetivo de, além de substituir a AACR2, focar a atenção no usuário e atender às novas exigências de representação e organização da informação (Silva, 2012). Discutir o atingimento ou não do objetivo a que se propõe não é o foco nesta pesquisa.

De acordo com Silva (2012), o RDA foi desenvolvido com base nos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e tem uma abordagem diferenciada para a descrição de recursos tecnológicos. O RDA apresenta um propósito mais abrangente uma vez que foi desenvolvida para atender às novas exigências de representação e organização da informação nos meios tecnológicos.

Com o surgimento de novas tecnologias, notou-se a necessidade de alterar os objetivos dos catálogos, isto é, focar os esforços no usuário para que seja possível encontrar, identificar e selecionar a informação desejada. Para atingir esses objetivos recorre-se aos modelos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), os quais tem como função permitir que o usuário navegue pelo catálogo de modo a diferenciar os registros e a facilitar a busca (Oliver, 2011; Silva, 2012).

Dado o contexto necessário ao núcleo da pesquisa, o estudo da catalogação nas publicações científicas, recorre-se às discussões sobre tais publicações visto que sua relevância está atrelada à difusão do conhecimento produzido nas universidades e ao objetivo de promover e registrar o progresso da ciência. Por meio das publicações científicas também é possível calcular o desempenho dos docentes e discentes da universidade e o desenvolvimento de uma área. "A comunicação científica é o processo que acontece dentro de uma comunidade científica e/ou acadêmica para a transferência e socialização do conhecimento científico" (Costa; Amaro; Assis, 2012, p. 37).

De acordo com Ziman (1979), até metade do século XVII, a troca de informações entre pesquisadores era feita através de cartas, livros e panfletos.

De fato, do ponto de vista da pesquisa, era razoável que as ideias inicialmente circulassem por meio de cartas manuscritas entre um pequeno círculo de amigos que poderiam analisá-las e, quando conveniente, testá-las e depois enviar a resposta. (Meadows, 1999, p. 5).

Com o passar dos anos, a importância de se registrar as informações aumenta. Após a restauração da monarquia em Londres, em 1660, alguns grupos se reuniram para discutir questões filosóficas. Em 1662, os pesquisadores começaram a formalizar

essas reuniões, dando surgimento à Royal Society, cujo objetivo era coletar e analisar as informações importantes. A necessidade de registro de informações fez com que, em 1665, Denis de Sallo criasse um periódico com o intuito de publicar notícias sobre os acontecimentos da Europa. (Meadows, 1999).

O fato é que a publicação de trabalhos científicos não é feita irrestritamente. Um artigo publicado numa revista conceituada não representa apenas a opinião do autor; leva também o selo da autenticidade científica através do imprimatur dado pelo editor e os examinadores que ele possa ter consultado. (Ziman, 1979, p. 124).

Com o crescimento das publicações científicas, aumentou-se também o trabalho das editoras comerciais, uma vez que o método mais utilizado para expandir a comunicação científica é por meio dos periódicos. (Costa; Amaro; Assis, 2012).

Devido ao avanço das publicações científicas, surgiu o movimento Open Access, que defende o acesso livre às publicações, com destaque para a Budapest Open Access Initiative que lançou, em 2002, uma campanha mundial para acesso aberto a todas as novas pesquisas.

“Acesso aberto” à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o direito autoral neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (BOAI, 2012).

O movimento de acesso aberto é uma proposta de enfrentamento aos direitos de reprodução, que reportam ao século XVIII, visto que, em 1710, Ana, a Rainha da Inglaterra, criou o “Copyright Act” para incentivar a produção cultural da época. Este ato previa a remuneração de autores que eram explorados pelos editores detentores dos meios técnicos de reprodução e de privilégios de publicação das obras (Baracat; Rigolin, 2012). Entretanto, essas regras não foram aplicadas às revistas científicas.

Uma forma de proteger os direitos autorais e, ao mesmo tempo, garantir o acesso e uso da obra, é a utilização da licença Creative Commons. A Creative Commons é uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento por meio de instrumentos jurídicos gratuitos. (Creative Commons, 2013, tradução nossa).

Este movimento está longe do fim, mas a BOAI se compromete a realizar progressos nos próximos anos e já determinaram a nova meta para os próximos dez anos “ser o método normal e padrão para distribuir os novos resultados de pesquisa com revisão por pares, em todos os domínios científicos e em todos os países.” (BOAI, 2012).

Procedimentos metodológicos

Recorre-se, para o atingimento dos objetivos, à pesquisa com enfoque quantitativo e qualitativo uma vez que se complementam tendo em vista a busca e a compreensão das causas do problema indicado nesta pesquisa. Configura-se como qualitativa visto que trabalha com observações, descrições, comparações e interpretações. Gerhardt e Silveira (2009) explicam que “Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito [...]” (p. 32). O caráter quantitativo da pesquisa está presente dado que também é um estudo numérico que se utiliza técnicas estatísticas para descrever as características de uma situação. Faz uso, portanto, de instrumentos, como, por exemplo, formulários, para coletar dados. Para Assis (2001, p. 20), a pesquisa quantitativa se utiliza de números para deduzir informações.

Com abordagem descritiva busca-se descrever na pesquisa as características de um grupo ou de um acontecimento, pois, segundo Assis (2001, p. 18), visa observar,

registrar, analisar, classificar e interpretar os dados sem interferência, sem manipulação do pesquisador. Caracteriza-se, também, como exploratória uma vez que busca se habituar ao que se deseja estudar. Definiu-se o tipo de pesquisa como exploratória por ser uma pesquisa no campo social. Segundo Gonsalves (2011), a pesquisa exploratória apresenta dados que são a base do estudo e propõe uma visão panorâmica devido à elucidação e ao desenvolvimento de ideias.

Como técnica de pesquisa apela-se para a pesquisa bibliográfica e documental; bibliográfica para identificar estudos sobre o tema pesquisado e, nesta pesquisa, para a seleção do material teórico. A vantagem por escolher a pesquisa bibliográfica se encontra na vasta gama de opções de fontes bibliográficas. Gil (2002) realça que a pesquisa bibliográfica:

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (p. 44).

A pesquisa documental, também adotada nesta pesquisa, investiga a veracidade das informações nos documentos, dado que recorre a fontes mais diversificadas. Segundo Gil (2002), a “pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (p. 45).

O formulário, instrumento utilizado para a coleta de dados, foi aplicado nesta pesquisa com o intuito de se obter informações sobre os periódicos, objeto de pesquisa para a realização do estudo. O formulário é um instrumento com campos pré-definidos, nos quais são preenchidos dados e informações levantados na pesquisa, o que permite a formalização das comunicações e o registro destes dados (Cury apud Kauark; Manhães; Medeiros, 2010). No formulário foram estabelecidos os seguintes campos para a identificação dos periódicos científicos: área de avaliação, estrato, nacional (sim ou não), título do periódico, ISSN e escopo (informado no editorial do periódico). Para a coleta de dados sobre os artigos, os seguintes campos fizeram parte do formulário: título do periódico, ISSN, volume, número e ano em que o artigo foi publicado, título do artigo, link de acesso, autor, palavras-chave, resumo e categoria de análise, a ser indicada no momento da análise dos dados.

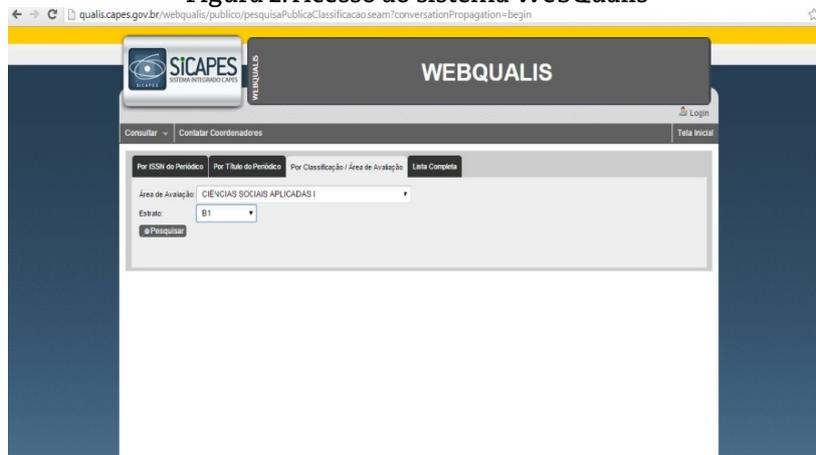
A análise dos dados coletados foi feita por meio de análise de conteúdo que, de acordo com Gil (2002), “possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações.” (p. 89). Para Bardin (1977), a análise de conteúdo desenvolve-se “em torno de três pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. (p. 95). Assim, na pré-análise procede-se a escolha dos documentos, formulam-se hipóteses e prepara-se o material para análise. Na fase de exploração do material, as unidades são escolhidas, enumeradas e classificadas. Por fim, na fase final, ocorre o tratamento, a inferência e a interpretação dos dados.

A coleta de dados concentrou-se no período entre os anos de 1998 e 2013, e concentrou-se na identificação de publicações periódicas com estrato Qualis B1, B2 e B3, da área de Ciências Sociais Aplicadas I, haja vista o fato de aí estarem abrangidos os estudos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para coletar os dados dos periódicos acessou-se o sistema WebQualis (disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>) e, em Consulta, Por Classificação / Área de Avaliação, selecionou-se Ciências Sociais Aplicadas I, e indicou-se o estrato B1. O resultado foi exportado para PDF para que pudesse ocorrer o tratamento dos dados. O mesmo processo foi feito com os estratos B2 e B3. Os dados coletados no sistema foram registrados em um formulário específico.

Posteriormente, para que fosse possível coletar informações dos artigos que seriam identificados como corpo para a análise, buscou-se o site de cada periódico. Esta atividade foi necessária tendo em vista a coleta de dados para os indicadores específicos da publicação, tais como país de publicação, escopo, artigos, anos,

palavras-chave e resumo. Feito isso foi possível analisar os artigos e estabelecer as categorias de pertencimento temático à área de catalogação.

Figura 2. Acesso ao sistema WebQualis



10

Análise dos resultados

Os resultados indicam a análise dos dados. O gráfico 1 apresenta a distribuição das revistas nos estratos e reflete, percentualmente, os dados apresentados na tabela 1. A tabela 2 indica a quantidade de periódicos científicos identificados nos estratos B1, B2 e B3 do Qualis. Observa-se que as publicações concentram-se nos estratos B1 e B3.

<i>Estrato</i>	<i>Números de Periódicos</i>
B1	167
B2	99
B3	174

Tabela 2 – Quantidade de periódicos científicos identificados nos estratos B1, B2 e B3 do Qualis

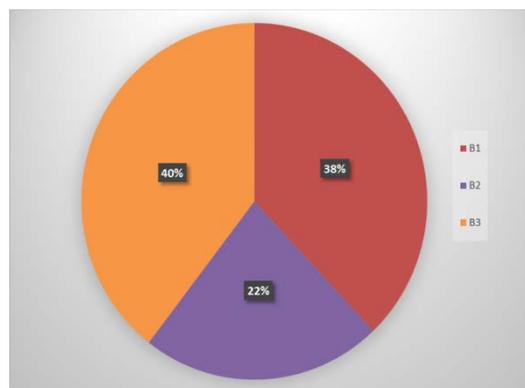


Gráfico 1. Distribuição de periódicos científicos segundo estratos B1, B2 e B3 do Qualis

Tendo sido identificados os títulos dos periódicos científicos da área de Ciências Sociais Aplicadas, procedeu-se outra análise, estudo da nacionalidade das publicações, na qual dividiu-os entre os estratos B1, B2 e B3, em nacionais e internacionais. Esta análise poder ser vista na tabela e nos gráficos a seguir:

Tabela 3 – Distribuição da publicação dos periódicos científicos segundo estratos B1, B2 e B3 do Qualis

<i>Estrato</i>	<i>Nacional</i>	<i>Internacional</i>
B1	112 (40%)	55 (34%)
B2	52 (19%)	47 (29%)
B3	115 (41%)	59 (37%)
Total	279 (100%)	161 (100%)

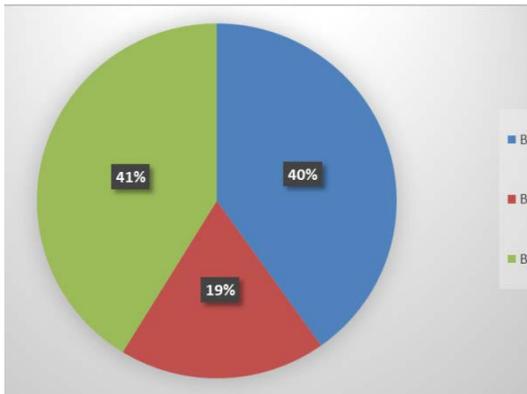


Gráfico 2. Distribuição de periódicos científicos nacionais segundo estratos B1, B2 e B3 do Qualis

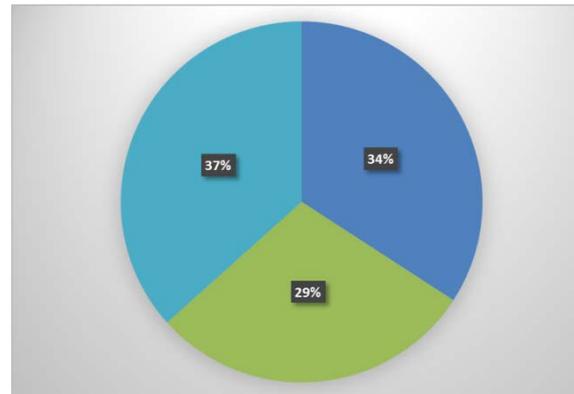


Gráfico 3. Distribuição de periódicos científicos internacionais segundo estratos B1, B2 e B3 do Qualis

De acordo com a tabela 3 nota-se que a maioria dos periódicos divididos nos estratos B1, B2 e B3, são nacionais. Os gráficos 2 e 3 representam o percentual de periódicos nacionais divididos entre os estratos B1, B2 e B3 e separados em *nacionais* e *internacionais*. Em ambos os gráficos fica clara a distribuição das publicações nos estratos B1 e B3. Entretanto, destaca-se uma melhor distribuição dos periódicos internacionais.

Tendo sido identificados os periódicos nacionais, optou-se pela subdivisão, a partir do escopo da publicação, em Geral e em Ciência da Informação. Conforme indicado na tabela 4 e no gráfico 4 é possível analisar os dados do estrato B1.

Estrato B1	Números de Periódicos
Geral	94
Ci. Inf.	18

Tabela 4 – Quantidade de periódicos científicos nacionais do Estrato B1 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

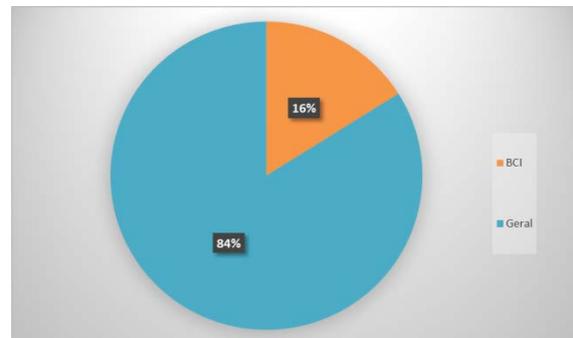


Gráfico 4. Distribuição de periódicos científicos nacionais com estratos B1 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

Observa-se, no gráfico, a grande diferença entre o percentual dos periódicos nacionais da área de Ciência da Informação e os periódicos gerais, da área de Ciências Sociais Aplicadas I, distribuídos no estrato B1.

Na tabela 5 e no gráfico 5 é possível analisar dados referentes ao estrato B2, distribuídos em escopo geral da área de Ciências Sociais Aplicadas I e o escopo da Ciência da Informação.

O gráfico 5 indica que o percentual de periódicos nacionais com estrato B2, da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, representam 8% das publicações da área de Ciências Sociais Aplicadas I.

A tabela 6 e o gráfico 6 indicam os dados para análise do estrato B3.

<i>Estrato B2</i>	<i>Números de Periódicos</i>
Geral	48
Ci. Inf.	4

Tabela 5 – Quantidade de periódicos científicos nacionais do Estrato B2 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

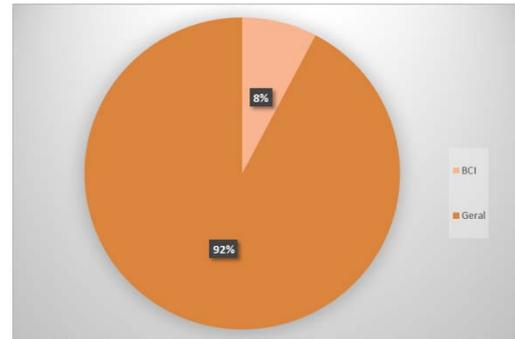


Gráfico 5. Distribuição de periódicos científicos nacionais com estratos B2 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

<i>Estrato B3</i>	<i>Números de Periódicos</i>
Geral	110
Ci. Inf.	5

Tabela 6 – Quantidade de periódicos científicos nacionais do Estrato B3 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

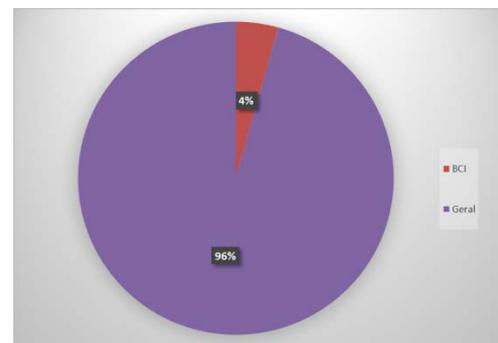


Gráfico 6. Distribuição de periódicos científicos nacionais com estratos B3 com escopo em Biblioteconomia e Ciência da Informação

É possível verificar na tabela e no gráfico que, no estrato B3, as publicações periódicas nacionais com escopo em BCI assumem somente 4% das publicações da área de Ciências Sociais Aplicadas I.

Como consequência da análise inicial dos dados procedeu-se a análise de conteúdo, a partir da proposta por Bardin (1977). Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo se organiza em três momentos: [1] pré-análise para escolha e preparo do material para análise; [2] exploração e classificação do material; [3] tratamento dos resultados pela interpretação dos dados.

A pré-análise mostrou-se como responsável por escolher os documentos a serem analisados e para a organização do material, conforme indicados nos dados apresentados e referentes às publicações periódicas científicas. Nesta fase foram sistematizados em um formulário os seguintes dados: título do periódico, área de avaliação, escopo, estrato e nacionalidade.

A exploração do material é a etapa mais longa e trabalhosa e configura-se em três momentos: a) escolha do tema, b) seleção das regras a serem utilizadas e c) escolha de categorias. Nesta etapa ocorre a realização das decisões tomadas na pré-análise, isto é, é aqui que os dados começam a ser tratados e classificados conforme o interesse da pesquisa.

Neste trabalho a exploração do material foi feita a partir dos dados agrupados no formulário. Inicialmente buscou-se identificar a página das publicações periódicas nas bases MIARⁱ e ROADⁱⁱ. Os periódicos que não foram encontrados nessas bases foram procurados nas bases do SCIELO, IBICT e Latindex. Para os periódicos que não foram encontrados nessas bases, as buscas foram feitas no Google.

Tendo sido identificadas as páginas das publicações periódicas procedeu-se uma varredura para a identificação daqueles que eram internacionais, restando apenas os periódicos brasileiros a serem analisados.

A partir do acesso às páginas dos periódicos nacionais, examinou-se a partir da descrição do periódico para a identificação do escopo da publicação. Após esse diagnóstico, selecionou-se apenas os periódicos com escopo voltado à área de Ciência da Informação para, posteriormente, analisá-los. Com o material selecionado, deu-se início à exploração dos mesmos. Buscou-se compilar os artigos científicos publicados no período de 1998 a 2013 nos periódicos nacionais e, coletar outros dados, tais como: autor do artigo, título do artigo, dados da publicação, como ano, volume e número, link de acesso, palavras-chave e resumo. Terminada essa fase secundária de coleta de dados analisou-se as palavras-chave, os resumos, caso fosse necessário esclarecer possíveis dúvidas, e, por último, para pertinência temática dos artigos, determinou-se grandes categorias temáticas para os artigos relacionados à catalogação.

Finalizando-se a análise de conteúdo, é chegado momento de tratamento dos resultados, fase responsável por compreender e interpretar os dados obtidos. Após a classificação dos dados em categorias foi feita uma interpretação dos resultados de acordo com o tema proposto e criou-se uma nuvem de tags usando o WordleTM iii. Quando se utilizam as nuvens de tags é possível identificar o destaque às palavras que aparecem mais frequentemente no texto de origem. A análise da nuvem de tags foi feita para identificar as palavras mais utilizadas como palavras-chave, que pode ser vista a seguir:

Figura 3. Nuvem de tags criada a partir das ocorrências identificadas nos artigos



O destaque é dado às palavras que mais vezes foram citadas no documento de origem. Sendo assim, observa-se na figura 3 a evidência da expressão “Recuperação da Informação”, citada 47 vezes. Indica-se, em seguida, a frequências das 10 palavras-chave mais citadas, em ordem decrescente: Ontologia (43), Organização da Informação (37), Metadados (31), Organização do conhecimento (28), Indexação (24), Representação do conhecimento (21), Representação da informação (19), Classificação (16), Tesauro (16) e Linguagem Documentária (15).

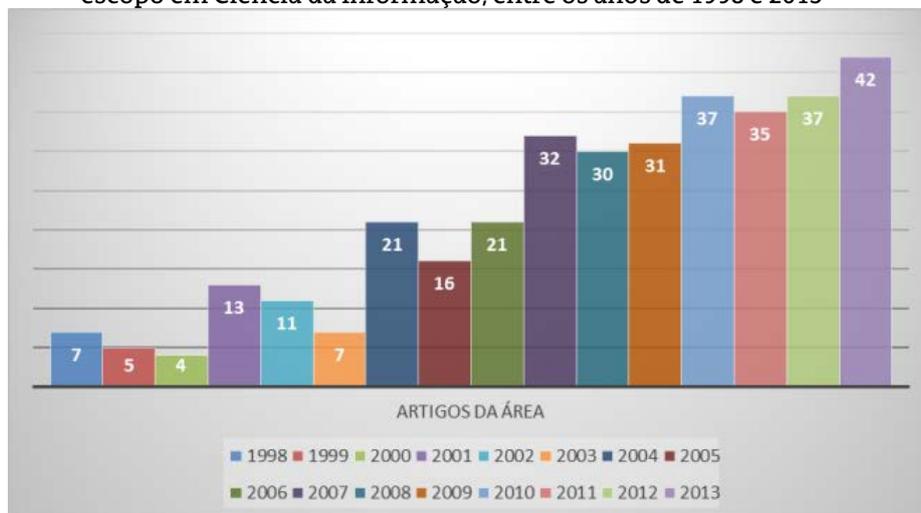
Observou-se, na análise dos dados, que o número de artigos publicados em periódicos científicos nacionais da área de Ciência da Informação, com temática sobre catalogação, com estratos B1, B2 e B3 no sistema da Qualis, aumentou consideravelmente. O crescimento entre 1998 e 2013, de 600%, pode ser visualizado na tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição de artigos de periódicos científicos nacionais, com estrato B1, B2 e B3, e escopo em Ciência da Informação, entre os anos de 1998 e 2013

Ano	Qtde. artigos						
1998	7	2002	11	2006	21	2010	37
1999	5	2003	7	2007	32	2011	35
2000	4	2004	21	2008	30	2012	37
2001	13	2005	16	2009	31	2013	42

O gráfico 7 indica a distribuição de artigos ao longo dos anos.

Gráfico 7. Distribuição de artigos de periódicos científicos nacionais, com estrato B1, B2 e B3, e escopo em Ciência da Informação, entre os anos de 1998 e 2013



Observa-se, no gráfico 7, que o crescimento do número de artigos da área, no período de 1998 a 2013, não foi constante, principalmente até 2006. Nota-se, inclusive, o decréscimo em alguns anos. Entretanto, nota-se o aumento considerável do tema nos temas da área de Ciência da Informação.

Considerações finais

A relação entre as necessidades dos usuários e a criação de novas tecnologias ocorre de tal modo que não há como definir o sentido da influência exercida.

A Ciência da Informação tem passado por intensas modificações, repercutindo nos estudos do cenário nacional da catalogação. Constatou-se que o forte avanço na área de catalogação a partir de 1998, foi devido às mudanças nos catálogos, permeados, principalmente, como resultado das aplicações tecnológicas tanto na produção documental, quanto no tratamento e recuperação da informação.

Os resultados desta pesquisa mostram que houve um crescimento considerável nos estudos da área de catalogação no período em questão: 1998 a 2013. Entretanto, no início desta pesquisa, acreditava-se que, se o aumento estivesse presente, fosse um sinal de reflexo da publicação dos FRBR. Porém, esta situação não foi confirmada, uma vez que os FRBR foram pouco mencionados nos artigos.

Constatou-se, todavia, que este avanço tenha se dado como decurso das novas ferramentas e tecnologias informáticas, o que impactou na (re)configuração dos catálogos e dos objetivos bibliográficos, com destaque à preocupação com os usuários, diante de suas necessidades e seu comportamento de busca em catálogos on-line, para o que se requer flexibilidade, facilidade de uso e garantia de navegabilidade.

Os procedimentos metodológicos mostraram-se válidos para a realização da pesquisa. Por meio deles, tornou-se exequível o atingimento do objetivo proposto nesta pesquisa. A partir dos objetivos específicos definidos foi possível estudar a evolução do desenvolvimento da catalogação ao longo dos anos, com destaque ao cenário da publicação dos FRBR, em 1998. Na coleta de dados identificaram-se os periódicos científicos nacionais da área de Ciências Sociais Aplicadas I que abrangem estudos da Ciência da Informação, tendo sido possível identificar o estrato Qualis, o escopo editorial e os artigos, centro desta pesquisa.

Após a análise dos resultados, conclui-se que, apesar do aumento em 600% no número de artigos publicados nas revistas científicas nacionais com estratos B1, B2 e B3 sobre catalogação no sistema Qualis, desde 1998, verificou-se que não há correlação com a publicação dos FRBR, mas às necessidades dos usuários, principalmente no que se refere à recuperação da informação, às mudanças ocorridas

nos catálogos, com destaque para o cenário para o qual a ontologia aponta, e do requisito da organização da informação e do uso de metadados como indispensáveis ao tratamento informacional.

Bibliografia

Baptista, D. (2008). *Catálogo: uma revolução em curso*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/789/7.pdf?sequence=1>>. Acesso em 19 abr. 2014.

Baracat, A. C.; Rigolin, C. C. D. (2012). *Proteção do conhecimento e movimento Open Access: discussões no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual*. *Liinc em Revista*, v. 8, n. 2, 18 dez.

Barbosa, A. P. (1978). *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BOAI. *Budapest Open Access Initiative*. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese-brazilian-translation>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

Corrêa, R. M. R. (2008). *Catálogo descritiva no século XXI: um estudo sobre RDA*. 2008. 65 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_me_mar.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

Costa, M.; Amaro, B.; Assis, T. (2012). *Serviços de difusão de políticas para o acesso aberto: Sherpa/Juliet, Melibea e ROARMAP*. *Encontros Bibli*, v. 17, n. esp. 2, p. 36-54.

Creative Commons. *Get Creative Commons updates*, 2013. Disponível em: <<http://creativecommons.org/about>>. Acesso: 09 nov. 2014.

Denton, W. (2007). *FRBR and the history of cataloging*. In: Taylor, A. *Understanding FRBR: What it is and how it will affect our retrieval tools*. Westport: Libraries Unlimited.

Figueiredo, N. M. (1992). *A modernidade das cinco leis de Ranganathan*. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 21, n. 3, p. 186-191, set/dez.

Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. (2009). (Org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. (Série Educação a Distância).

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Gonsalves, E. P. (2011). *Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica*. 5. ed. Campinas: Alínea.

Hunter, E. J.; Bakewell, K. G. B. (1983). *Cataloguing*. 2nd. rev. exp. ed. London: Clive Bingley.

International Federation of Library Association (2014). *IFLA meeting of experts on a international cataloguing code*. 2014. Disponível em: <<http://www.ifla.org/node/576>>. Acesso: 29 mai.

International Federation of Library Association. (2009). *Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR): final report*. [s.l.]: IFLA.

International Federation of Library Association. *Fifth IFLA meeting of experts on an international cataloguing code*. 2007. Disponível em: <<http://www.imeicc5.com/>>. Acesso: 29 mai. 2014.

International Federation of Library Association. *Fourth IFLA meeting of experts on an international cataloguing code*. 2006. Disponível em: <<http://www.nl.go.kr/icc/icc/main.php>>. Acesso: 29 mai. 2014.

International Federation of Library Association. *Second IFLA meeting of experts on an international cataloguing code*. 2004. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/imeicc2/>>. Acesso: 29 mai. 2014.

International Federation of Library Association. *Third IFLA meeting of experts on an international cataloguing code*. 2005. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/imeicc3/>>. Acesso: 29 mai. 2014.

International Federation of Library Associations. *Declaração de princípios internacionais de catalogação*. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

Joint Steering Committee for Development of RDA (2009). *RDA Resource description and access*. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/rda.html>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

Kauark, F. S.; Manhães, F. C.; Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna: [s.n.].

Le Boeuf, P. (2007). *O admirável mundo novo do FRBR*. Disponível em: <[http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations2c_BraveNewFRBRWorld\(PR\)_Port.pdf](http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations2c_BraveNewFRBRWorld(PR)_Port.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2014.

Meadows, A. J. (1999). *A comunicação científica*. Brasília: Briquet De Lemos.

Moreno, F. P. (2009). Modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. *Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 47-68.

Oliver, C. (2010). *Introducing RDA: a guide to the basics*. Chicago: ALA.

Ranganathan, S. R. (2009). *As cinco leis da Biblioteconomia*. Brasília: Briquet De Lemos.

Sheola, N. (2010). *Charles Ammi Cutter*. Disponível em: <<https://www.bostonathenaeum.org/library/book-recommendations/athenaeum-authors/charles-ammi-cutter>>. Acesso em: 18 mai. 2014

Silva, E. B. O. (2012). et al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan.

Smiraglia, R. (2003). The history of the work in the modern catalog. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 35, n. 3/4, p.553-567, ago.

Tillet, B. (2007). *Visão geral do esboço da Declaração dos Princípios de Catalogação*. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/portuguese/Presentations4_Cataloguing%20principles-IME%20ICC%20overview_BT_Port.pdf>. Acesso em 29 mai. 2014.

Ziman, J. (1979). *Conhecimento público*. São Paulo: Itatiaia, 1979.

ⁱ Base de dados que, por meio do Índice Composto de Difusão Secundária (ICDS), apresenta em quais bases de dados estão indexados os periódicos científicos. Exibe, também, alguns dados do periódico. O acesso pode ser feito pelo endereço <http://miar.ub.edu/>.

ⁱⁱ Base de dados que conta com o apoio da UNESCO na qual é possível encontrar dados do periódico, inclusive o endereço de acesso. A base pode ser consultada no endereço < <http://road.issn.org/>>.

ⁱⁱⁱ Wordle é um ferramenta de acesso online (disponível no endereço < <http://wordle.net/>> no qual é possível gerar nuvem de tags a partir de um texto fornecido.